NÚMERO 21 09 NOV. 2026

A PASSARADA



JORNAL AUTÓNOMO DA ACAMPADA



Uma assembleia, duas perspectivas, um mar de caos e cansaço. Por entre algumas propostas sobre o que virá a seguir no calendário da luta, a assembleia de ontem trouxe a palco um dos conflitos mais divisivos da acampada até agora: perante o cansaço generalizado dos grupos de trabalho, a ameaça do mercado de Natal e a chuva inclemente, ao fim de três semanas de luta acesa e bastonada, estará na hora de retirar as tendas do Rossio? Houve gritos de traição, pessoas a falar umas por cima das outras, ataques aos membros da mesa que em vez de moderarem actuam como MCs, votações reformuladas, canceladas e repetidas, vamos para o Web Summit, não vamos para o Web Summit, a certa altura parecia que tudo ia acabar à batatada. Enfim, foi uma vibrante salganhada de desavenças e vontades populares que para muitos evocam apenas aflição e frustração, mas que por outro lado também botam um pouco de sal e pimenta nestes dias mais parados que temos tido.

Do lado dos que defendem ficar, há um clamor emocional a não dar o braço a torcer, a não abdicar da praça ‘só porque o Moedas diz’ e a manter as tendas sim ou sopas. O principal argumento estratégico é que sairmos agora seria interpretado como ceder a praça ao mercado de Natal e que desafiarmos essa dinâmica é uma afirmação do nosso direita à cidade. Os que defendem tirar as tendas afirmam que temos que ‘sair nos nossos termos’, que a nossa permanência no Rossio até agora e tudo o que conquistámos com ela já foi uma vitória e que agora temos que focar-nos nos próximos passos da luta. O resultado? Empate técnico na votação.

No meio disto tudo, há algumas nuances: há quem queira continuar a acampar mas noutro lado (esta parece talvez a hipótese mais absurda, porque se é para continuar a acampar o único motivo para deslocar o local da ocupação seria ceder ao Moedas); há quem ache que com o cansaço e a chuva vão acabar por ficar 10 pessoas a acampar no Rossio e que o seu despejo dará uma sensação de derrota, manchando tudo o que ficou para trás; há quem ache que ainda há potencial de luta no ato de armar as tendas e que portanto devemos ficar enquanto der; há quem ache que o importante é manter as assembleias, seja lá onde for.

As duas posições parecem irreconciliáveis. Mas a questão que se coloca é porque é que, no meio de uma divisão tão forte, temos que chegar a uma decisão unitária sobre isto? A exposição e debate sobre os argumentos foi feita, toda a gente parece saber o que está em jogo. Agora, se há quem continua a achar que faz sentido continuar a defender o Rossio (e neste momento, isso só parece possível mantendo as tendas, visto que um abandono, ainda que momentâneo, da praça poderia abrir a porta à montagem do mercado) tudo certo, continuem a acampar. Para isto, é fundamental haver transparência por parte dos grupos de trabalho. Ou seja, se há pessoas que já não conseguem ou não querem ficar, os que ficam têm que saber que terão que se auto-organizar para manter os processos de segurança, cuidados e logística em pé. Só cabe às pessoas que ficam perceber se isso é possível e, após a discussão política na assembleia, o plenário de delegados é o local para tomas as decisões seguintes. As pessoas que já não acreditam na permanência no Rossio são livres para bazar. O problema é que alguns dos que já não querem ficar parecem não aceitar que outros se mantenham. Seja por necessidade de controlo ou por uma genuína preocupação estratégica, esta incapacidade de largar o osso parece mais danosa para o movimento – arrastando toda a gente pelo lodo das assembleias intermináveis – do que simplesmente deixar as coisas fluir. Temos próximos passos, portanto seja qual for a decisão a luta não vai morrer no Rossio. Essa certeza devia ser o suficiente para todos.

A TAREFA QUE EMPURRAMOS COM A BARRIGA

Voltaram as tendas à praça e com elas uma contradição que se tornou incontornável. Não é exterior ao projecto, nem um acidente que possa ser resolvido com mais uma assembleia ou uma declaração de princípios. Atravessa o próprio desejo de construir uma vida comum: como integrar pessoas cuja existência foi empurrada para os limites da vida social, devastada pela pobreza, pela dependência, pela violência e pelo abandono, e que encontram enormes dificuldades em participar numa experiência colectiva que exige cuidado, reciprocidade e responsabilidade? E, ao mesmo tempo, como reconhecer a nossa incapacidade de estabelecer modos de integração, diálogo e acompanhamento que permitam compreender e transformar essas condições de existência?

O capitalismo não produz apenas miséria. Destrói também as condições que permitiriam escapar-lhe: os vínculos, os lugares de pertença, os sentidos de capacidade e utilidade, as relações de confiança e as possibilidades de participação colectiva. Não basta abrir a porta de um espaço ocupado para que alguém consiga atravessá-la. Não basta proclamar que todos cabem para que se tornem possíveis as condições materiais, afectivas e relacionais dessa pertença.

É precisamente aqui que a Acampada nos confronta com uma tarefa política que ainda não sabemos cumprir. Como inventar espaços onde a existência não seja reduzida à sobrevivência? Onde cada pessoa possa recuperar um sentido de pertença, adquirir uma tarefa, assumir uma responsabilidade e descobrir que a sua presença pode produzir alguma coisa para além da reprodução da sua própria devastação?

Não falamos de caridade, assistência ou beneficência militante. Falamos de organização: de estruturas materiais de acolhimento e acompanhamento, de actividades, tarefas e responsabilidades partilhadas, de lugares onde a energia de cada um possa encontrar uma direcção e uma utilidade comum. Há uma dimensão da exclusão que raramente consideramos: a privação de qualquer possibilidade de agir sobre o mundo, de transformar alguma coisa, de ser necessário a alguém. Não há comunidade sem trabalho sobre aquilo que impede a comunidade de existir.

É também necessário reconhecer que os comportamentos extremos, por vezes profundamente destrutivos, que emergem destas situações não desaparecem por força da nossa vontade política. Poucas pessoas estão preparadas para lidar com consumos de injectáveis a céu aberto, com as consequências físicas de diferentes consumos, com comportamentos persecutórios, violência e desconfiança. E não podemos confundir a relativa banalização dos consumos recreativos em determinados meios com as condições de classe e de sociabilidade em que outros consumos acontecem, frequentemente marcadas por uma exclusão social absoluta. A proximidade física não produz, por si só, as condições de uma vida comum.

Se desde o primeiro momento reiterámos a importância de utilizar a força colectiva que se estabelece em redor da praça para proteger, agregar e incluir pessoas em situações de profunda exclusão, falhámos em compreender que essa intenção exigia a construção precoce de contactos, redes e estratégias concretas. Não é apenas o Grupo de Trabalho dos Cuidados que precisa de se organizar. Se queremos outro mundo, se queremos ensaiar o rasgão que nos permita viver de outra maneira aqui e agora, temos de ser capazes de o fazer com pessoas que não partilham necessariamente o nosso sistema de valores, crenças ou cartilha de acção. Diversidade? Pois bem, aqui a temos, nua, crua e dura.

Uma possibilidade seria começar pela criação de pequenos núcleos de tarefas continuadas, com responsabilidades concretas e acessíveis a quem não dispõe de estabilidade ou capacidade prévia de organização: preparar refeições, cuidar dos espaços, organizar materiais, reparar objectos, construir estruturas, assegurar tarefas logísticas. Não como ocupações para manter pessoas entretidas, mas como trabalho efectivamente necessário à comunidade. A possibilidade de agir, ver o resultado material dessa acção e ser reconhecido por ela pode constituir um primeiro ponto de reconstrução de vínculos e sentidos.

Outra seria criar equipas de acompanhamento e proximidade, articuladas com estruturas especializadas de redução de riscos, apoio às dependências, saúde mental e intervenção social. Não para transferir o problema para profissionais, mas para não exigir à comunidade que invente sozinha conhecimentos e respostas que já existem. Relações continuadas, mediação de conflitos, acompanhamento individual e percursos graduais de participação poderiam abrir uma passagem entre o isolamento e a possibilidade de integrar uma rede de relações, compromissos e actividades comuns.

Independentemente do tempo que esta experiência de espaço partilhado dure, queremos que seja um laboratório para outras formas de integração social, outras economias da atenção, do tempo e da utilidade, outras maneiras de atribuir sentido à existência. A Acampada não pode reproduzir, em pequena escala, os mecanismos de exclusão da sociedade que combate. Queremos construir um mundo onde ninguém seja descartável, mas ainda não dispomos dos instrumentos para fazer dessa afirmação uma realidade material.

Talvez seja por aqui que tenhamos de começar: por devolver a cada pessoa a possibilidade de ser parte integrante de alguma coisa, de cuidar de alguma coisa, de deixar de se reconhecer enquanto excrescência. Para isso, precisamos de ter a coragem de nomear os nossos ângulos cegos, preconceitos e incapacidades, de nos colocarmos diante dos bichos-papão que emergem das franjas da existência, arregaçar as mangas e começar a trabalhar. Não basta partilhar o espaço. É preciso inventar uma tarefa comum.

A HUMANIDADE SÓ SERÁ FELIZ QUANDO O ÚLTIMO SENHORIO FOR ENFORCADO NAS TRIPAS DO ÚLTIMO COMENTADOR TELEVISIVO

O justo escândalo social ante a brutalidade das cargas fez com que a acampada se tornasse no principal “facto político” do último mês, preenchendo os media e virtualmente todos os espaços de opinião. Haverá poucas coisas mais ilustrativas da degeneração da ideia liberal de “opinião pública” e de “sociedade civil” do que a ocupação dos media por especialistas cuja única especialidade é ter uma opinião extremamente convicta sobre quase tudo.

Susana Peralta, economista e Daniel Oliveira, daniel oliveira, passaram o fim de semana a opinar sobre a acampada nas redes sociais. Peralta cita o famoso poema de Sophia de Mello Breyner para dizer que “Portugal acordou inteiro e limpo”. Percebemos a ideia, mas a concretização é lamentável, seria algo que qualquer facho poderia dizer se o Rossio tivesse sido novamente arrasado pela PSP, mas enfim, quem nunca meteu os pés pelas mãos? Peralta continua: “estive lá e senti”. Obrigado Su, por confirmares a nossa existência. Nada é seguro até que alguém famoso e brilhante como tu o ateste com a sua presença. Nós próprios duvidamos que a acampada ali estivesse até nos teres assegurado que não era apenas um sonho. Mas a cereja no topo do bolo vem depois: Peralta insta os manifestantes a mudar de praça, de acordo com as ordens de Carlos Moedas, dizendo que assim “saem por cima” e que “chegou o momento”. Pouco depois surge Oliveira, no twitter, a dizer a mesma coisa. A acampada “é resistência mesmo que vá para uma praça ao lado. O que os autoritários mais desejam é um autogolo quando perderam tão estrondosamente”.

Peralta e Oliveira são daquele tipo de pessoa inteligente que acha que por perceber um par de coisas sobre uma coisa percebe tudo sobre tudo. Consideram a sua inteligência uma característica pessoal, com a qual se identificam na medida em que é ela que as valida socialmente. Acreditar piamente na própria inteligência é a mais banal forma de ignorância, na medida em que toda a inteligência é colectiva e situacional. O que percebem Peralta e Oliveira de política extra-parlamentar, de movimentos, de dinâmicas horizontais, das técnicas de ocupação de espaço, do confronto com o estado, etc? Absolutamente nada. Não passaram um segundo das suas vidas a lidar ou pensar em qualquer um desses temas.

Mas o problema não é esse – o problema é que a sua ansiedade relativamente à continuação da acampada ou ao conflito com Moedas tem pouco ou nada a ver com a acampada em si, que não lhes importa um peido. O que lhes importa é que a esquerda liberal possa continuar a utilizar a galvanização da opinião pública enquanto arma. Tudo bem, é uma postura política entre outras, dirão alguns, mas há aqui uma diferença. Uma coisa são as disputas políticas que ocorrem na praça, por quem participa na praça, a partir do que é vivido e discutido na praça. Outra coisa são posturas políticas que querem utilizar a praça apesar da praça. A Peralta e a Oliveira não lhes interessa a acampada, interessa-lhes sobretudo como podem manipular e utilizar o facto político da praça.

Por trás deste cálculo não reside qualquer inteligência maquiavélica, pelo contrário, reside uma estupidez palaciana. Nem Peralta nem Oliveira conseguem conceber que uma forma de organização horizontal seja mais capaz de pensar politicamente o presente do que eles. São, afinal, os curadores de um “senso comum” liberal que, por definição, se crê superior a qualquer radicalismo. Mas esse “senso comum” é a mais perfeita forma de estupidez contemporânea, essa estupidez que não é uma propriedade singular mas algo que nos atravessa a todas. Ela é simples de resumir: Peralta e Oliveira julgam que existem enquanto elemento livre e autónomo dentro de um sociedade liberal. Presumem-se agentes de uma discussão em curso, legitimados portanto a dizer, com ares de monitora de jardim-escola, “meninos, não façam isso”, sem perceber que foi precisamente por os “meninos” e as “meninas” se estarem absolutamente a cagar para eles que algo como a acampada foi possível. A estupidez de Peralta e Oliveira é apenas esta: acham que percebem o que se está a passar. A nossa inteligência é apenas esta: achamos que está tudo em jogo.

Não é apenas a direita que se preocupa e escandaliza com a acampada. É também alguma esquerda. Não é necessariamente a esquerda “reformista”. É a esquerda liberal. O seu pânico é que esse momento onde tanto as ruas como os seus chefes se apercebam que não precisam deles para nada chegue mais rápido do que conseguem prever. O que não lhes passa pela cabeça é que a Acampada possa pensar por si e ter interesses divergentes dos seus. O que não conseguem conceber é que temos em mente algo diferente da saúde das democracias liberais ocidentais, dessa fantochada que eles protagonizam sem sequer perceber que papel jogam nela. De outro modo, mais simples: a pior decisão da Acampada é mais pertinente do que a melhor opinião de Peralta e Oliveira.